



Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício de 2015

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2015.....	3
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2015.....	4
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2015.....	5
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais Individuais em 31 de Dezembro de 2015.....	6 e 7
• Anexo	
1. Identificação da entidade.....	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	8
3. Principais políticas contabilísticas.....	10
4. Ativos fixos tangíveis.....	15
5. Ativos intangíveis.....	16
6. Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros.....	16
7. Inventários.....	16
8. Clientes/Utentes.....	17
9. Adiantamentos a fornecedores.....	17
10. Adiantamentos de clientes / utentes.....	17
11. Estado e outros entes públicos.....	18
12. Outras contas a receber.....	18
13. Diferimentos.....	19
14. Investimentos financeiros.....	19
15. Caixa e depósitos bancários.....	20
16. Fundos patrimoniais.....	20
17. Resultados transitados.....	20
18. Reservas.....	20
19. Outras variações nos Fundos Patrimoniais.....	21
20. Outras contas a pagar.....	21
21. Fornecedores.....	21
22. Financiamentos obtidos.....	22
23. Vendas e prestações de serviços.....	22
24. Subsídios, doações e legados à exploração.....	22
25. Custo das vendas.....	23
26. Fornecimentos e serviços externos.....	23
27. Gastos com o pessoal.....	24
28. Outros rendimentos e ganhos.....	24
29. Outros gastos e perdas.....	25
30. Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	25
31. Resultados financeiros.....	26
32. Eventos subsequentes.....	26

Santa Casa da Misericórdia de Mação



Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2015 (Valores expressos em euros)

Ativo	Notas	31.Dez.15	31.Dez.14
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 800 959,54 €	1 822 324,83
Bens do património histórico e cultural	4	33 612,53 €	33 612,53
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis	5	2 583,00 €	-
Investimentos financeiros	14	2 064,48 €	995,47
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/assoc./membros		-	-
Outros		-	-
Total dos Ativos Não Correntes		1 839 219,55	1 856 932,83
Ativo Corrente			
Inventários	7	9 172,51 €	10 631,39
Clientes/utentes	8	129 064,97 €	100 882,86
Adiantamentos a fornecedores	9	287,09	-
Estado e outros entes públicos	11	1,98 €	-
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/assoc./membros	6	2 163,00 €	2 022,00
Outras contas a receber	12	1 785,98 €	8 173,07
Diferimentos	13	5 538,42 €	4 732,31
Outros ativos financeiros		-	-
Caixa e depósitos bancários	15	570 320,38 €	487 646,04
Total dos Ativos Correntes		718 334,33	614 087,67
Total do Ativo		2 557 553,88	2 471 020,50
Fundo Patrimonial			
Fundos	16	410 804,70	410 804,70
Excedentes técnicos		-	-
Reservas	16; 18	5 544,15	5 544,15
Resultados transitados	16	753 707,58	585 067,93
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	16; 19	805 817,58	836 125,73
Resultado líquido do período	16	174 612,46	168 639,65
Total dos fundos patrimoniais	16	2 150 486,47	2 006 182,16
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões		-	-
Provisões específicas		-	-
Financiamentos obtidos	22	177 884,65	197 115,41
Outras contas a pagar		-	-
Total dos Passivos Não Correntes		177 884,65	197 115
Passivo Corrente			
Fornecedores	21	24 580,86	58 609,97
Adiantamentos de clientes/utentes	10	46,73	113,01
Estado e outros entes públicos	11	21 746,23	21 399,92
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/assoc./membros		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras contas a pagar	20	182 808,94	187 608,38
Diferimentos		-	-
Total dos Passivos Correntes		229 182,76	267 731,28
Total do Passivo		407 067,41	464 846,69
Total do fundo patrimonial e do passivo		2 557 553,88	2 471 028,85

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Mação, 30 de Março de 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A MESA ADMINISTRATIVA

Carla, Abacia do Oliveira Lopes Repio
 Rui Manuel Galvão e Silva
 Paul Jones Simões Ramos
 Luísa Miguel Ramos
 Abelardo Silva



Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.15	31.Dez.14
Vendas e serviços prestados	23	764 572,88	701 619,37
Subsídios, doações e legados à exploração	24	641 458,67	651 301,50
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(161 684,09)	(155 893,72)
Fornecimentos e serviços externos	26	(179 690,83)	(213 897,23)
Gastos com o pessoal	27	(951 321,57)	(961 158,03)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	28	161 597,45	252 073,82
Outros gastos e perdas	29	(5 800,48)	(6 367,97)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		269 132,03	267 677,74
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	30	(99 295,84)	(100 140,30)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		169 836,19	167 537,44
Juros e rendimentos similares obtidos	31	9 605,99	5 891,82
Juros e gastos similares suportados	31	(4 829,72)	(4 789,61)
Resultado antes de impostos		174 612,46	168 639,65
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período	16	174 612,46	168 639,65

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Mação, 30 de Março de 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A MESA ADMINISTRATIVA

Handwritten signature of the Administrative Board
 Santa Casa da Misericórdia de Mação
 Rua da Misericórdia, 100 - 2010 Mação
 Telefone: 243 410 000
 Fax: 243 410 001
 Email: sm@scm-macao.pt



Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.15</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes		736 324,49
Pagamentos de subsídios		-
Pagamentos/receb. de apolos		-
Pagamentos de bolsas		-
Pagamentos a fornecedores		(374 232,24)
Pagamentos ao pessoal		(951 321,57)
Caixa gerada pelas operações		<u>(589 229,32)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-
Outros recebimentos/pagamentos		766 666,25
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		<u>177 436,93</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis		(79 839,09)
Ativos intangíveis		-
Propriedades de investimento		-
Investimentos financeiros		(1 069,01)
Outros ativos		-
		<u>(80 908,10)</u>
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		-
Ativos intangíveis		-
Investimentos financeiros		-
Outros ativos		-
Subsídios ao Investimento		600,00
Juros e rendimentos similares		9 605,99
Dividendos		-
		<u>10 205,99</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		<u>(70 702,11)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		-
Realização de fundos		-
Cobertura de prejuízos		-
Doações		-
Outras operações de financiamento		-
		<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		(19 230,76)
Juros e gastos similares		(4 829,72)
Dividendos		-
Reduções de fundos		-
Outras operações de financiamento		-
		<u>(24 060,48)</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		<u>(24 060,48)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>82 674,34</u>
Efeito das diferenças de câmbio		-
Caixa e seus equivalentes no início do período		487 646,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>570 320,38</u>

Mação, 30 de Março de 2016
O CONTABILISTA CERTIFICADO

A MESA ADMINISTRATIVA

Carla Maria de Oliveira Lopes Regio
Paulo José Sousa
Luís Manuel Augusto

Responsabilidade...

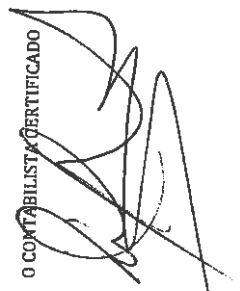
Santa Casa da Misericórdia de Mação

Demonstração das Alterações no Fundo Patrimonial - Exercício de 2015

(Valores expressos em euros)

	Fundo Patrimonial	Excedentes Técnicos	Outras reservas	Resultados transferidos	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total Fundos Patrimoniais
1	410 804,70	-	5 544,15	585 067,93	836 125,73	168 639,65	2 006 182,16
Posição no Início do Período 2015							
Alterações no período							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização ativos	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de ativos	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	-	-	-	168 639,65	-	(168 639,65)	-
	-	-	-	168 639,65	-	(168 639,65)	-
3						174 612,46	174 612,46
4=2+3				168 639,65		5 972,81	174 612,46
Resultado Líquido do Período							
Resultado Integral							
Operações com instituidores no período							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Outras operações					(30 308)		(30 308,15)
5					(30 308,15)		(30 308,15)
6=1+2+3+5	410 804,70	-	5 544,15	753 707,58	805 817,58	174 612,46	2 150 486,47
Posição no Fim do Período 2015							
Mação, 30 de Março de 2016							

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A MESA ADMINISTRATIVA

Handwritten notes and signatures at the top right of the page, including the name 'Vanessa' and other illegible text.

Santa Casa da Misericórdia de Mação

Demonstração das Alterações no Fundo Patrimonial - Exercício de 2014

(Valores expressos em euros)

	Notas	Fundo Patrimonial	Excedente Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período 2014		410 804,70	-	5 544,15	608 895,48	869 813,07	(28 142,17)	1 866 915,23
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização ativos								
Excedente de revalorização de ativos								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais					(23 827,55)	(4 314,62)	28 142,17	0,00
					(23 827,55)	(4 315)	28 142,17	0,00
Resultado Líquido do Período	3							
Resultado Integral	4 = 2 + 3				(23 827,55)	(4 314,62)	196 781,82	168 639,65
Operações com instituidores no período								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações						(29 372,72)	-	(29 372,72)
	5					(29 372,72)	-	(29 372,72)
Posição no fim do Período 2014	6 = 1 + 2 + 3 + 5	410 804,70	-	5 544,15	585 067,93	836 125,73	168 639,65	2 006 182,16

Março, 30 de Março de 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Handwritten signatures and notes:
 A MESA ADMINISTRATIVA
 Costa Alegre do Oliveira Lopes Rêgo
 Rui Manuel Galvão da Silva
 Paulo José Sousa Costa
 Luís Miguel Fernandes
 Maria do Rosário

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015**

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Mação é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social.

As valências que fazem parte da Instituição na prossecução do objeto social são o Lar, Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Apoio Domiciliário Integrado, Centro de Alojamento Temporário, Unidade de Apoio Integrado, Creche e Centro de Actividades dos Tempos Livres.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

b) Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito, em toda a Entidade, e ao longo do tempo, de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

O conteúdo das contas destas demonstrações financeiras é comparável com as demonstrações do ano anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Mação são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira, quando existem, são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, com exceção dos bens do património histórico, artístico e cultural que não são objeto de depreciação.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	3-6

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens, ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis pela Entidade e se possa medir razoavelmente o seu valor..

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Entidade. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

3.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Entidade tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte

integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Entidade nos prejuízos acumulados das empresas associadas ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Entidade tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Entidade nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.5. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade a partir de 2011 inclusive, ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.6. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o Custo Médio Ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor de custo destes bens é superior ao valor líquido de realização.

No caso dos inventários adquiridos a título gratuito os mesmos são valorizados pela quantia que a Entidade teria que pagar para comprar inventários equivalentes.

3.7. Cientes/Utentes e outros valores a receber

As contas de “Clientes/Utentes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

3.9. Provisões

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.13. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2014 e de 2015 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2014						
	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
Custo:						
Bens do património histórico, cultural e artístico	33 613	-	-	-	-	33 613
Terrenos e recursos naturais	24 037	-	(15)	-	-	24 022
Edifícios e outras construções	2 281 571	-	15	(60)	-	2 281 526
Equipamento básico	553 383	1 958	-	-	-	555 341
Equipamento de transporte	125 947	-	-	-	-	125 947
Equipamento administrativo	127 924	1 500	-	-	-	129 423
Outros activos fixos tangíveis	143 892	3 011	-	-	-	146 903
Investimentos em curso	-	2 583	-	-	-	2 583
	<u>3 290 366</u>	<u>9 052</u>	<u>-</u>	<u>(60)</u>	<u>-</u>	<u>3 299 358</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	581 622	-	-	50 445	-	632 067
Equipamento básico	436 789	-	-	28 751	-	465 539
Equipamento de transporte	125 947	-	-	-	-	125 947
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	113 860	-	-	5 394	-	119 253
Outros activos fixos tangíveis	86 734	-	-	13 879	-	100 613
	<u>1 258 217</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>84 589</u>	<u>-</u>	<u>1 342 807</u>

31 de Dezembro de 2015						
	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo:						
Bens do património histórico, cultural e artístico	33 613	-	-	-	-	33 613
Terrenos e Recursos Naturais	24 022	-	-26	-	-	23 996
Edifícios e outras construções	2 281 526	54 875	-	-	-	2 336 402
Equipamento básico	555 341	21 620	-	-	-	576 961
Equipamento de transporte	125 947	2 072	-	-	-	128 020
Equipamento administrativo	129 423	461	-	-	-	129 884
Outros ativos fixos tangíveis	146 903	1 510	-	-	-	148 413
Investimentos em curso	2 583	-	-	(2 583)	-	-
	<u>3 299 357</u>	<u>80 539</u>	<u>-26</u>	<u>(2 583)</u>	<u>-</u>	<u>3 377 288</u>
Depreciações acumuladas						
Bens do património histórico, cultural e artístico	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	632 067	48 557	-	-	-	680 624
Equipamento básico	465 539	31 751	-	-	-	497 291
Equipamento de transporte	125 947	414	-	-	-	126 362
Equipamento administrativo	119 253	4 293	-	-	-	123 546
Outros ativos fixos tangíveis	100 613	14 281	-	-	-	114 894
	<u>1 342 807</u>	<u>85 015</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 542 716</u>

5. Ativos Intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2015					Saldo em 31/12/2015
	saldo em 01/01/2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por Imparidade	
Custo						
Projetos de desenvolvimento (i)	-	-	-	-	-	-
Software	-	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	2 583	-	2 583
	-	-	-	2583	0	2583
Depreciações Acumuladas						
Projetos de desenvolvimento (i)	-	-	-	-	-	-
Software	-	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-

6. Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros tinha a seguinte composição:

	31/dez/15	31/dez/14
Fundadores/Beneméritos/Patroc./Doadores/Associados/Membros - Ativo Não Corrente	-	-
Fundadores/Beneméritos/Patroc./Doadores/Associados/Membros - Ativo Corrente	2163	2022
Fundadores/Beneméritos/Patroc./Doadores/Associados/Membros - Passivo (Imparidade)	-	-
	<u>2163</u>	<u>2022</u>

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31/dez/15	31/dez/14
Mercadorias		
Materias primas, subsidiárias e de consumo	4 094	5 451
Produtos acabados e intermédios	-	-
Limpeza higiene e conforto - Geral	2 524	3 294
Limpeza higiene e conforto - Utentes	2 555	1 886
.....	-	-
	<u>9 173</u>	<u>10 631</u>
Perdas por imparidades de inventários		
	<u>9 173</u>	<u>10 631</u>

8. Clientes/Utentes

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Clientes/Utentes" tinha a seguinte composição:

	31/dez/15		31/dez/14	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes/Utentes				
Clientes conta corrente	-	16 304	-	12 549
Utentes conta corrente	-	112 761	-	88 334
Adiantamentos de Utentes	-	-	-	-
Clientes/Utentes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	129 065	-	100 883
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	129 065	-	100 883

9. Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Adiantamentos a fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	31/dez/15	31/dez/14
Adiantamentos a fornecedores	287	-
	287	-

10. Adiantamentos de clientes / utentes

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Adiantamentos de clientes / utentes" apresentava a seguinte composição:

	31/dez/15	31/dez/14
Adiantamentos de clientes	47	113
	47	113

11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31/dez/15</u>	<u>31/dez/14</u>
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Outros impostos e taxas	2	-
	<u>2</u>	<u>-</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	25	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	2 756	3 043
Segurança Social	18 965	18 349
Outros impostos e taxas	-	7
	<u>21 746</u>	<u>21 399</u>

12. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	<u>31/dez/15</u>		<u>31/dez/14</u>	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	1 470	-	-	7 876
Fornecedores	-	-	-	-
Outros devedores	316	-	-	297
	<u>1 786</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8 173</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	<u>1 786</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8 173</u>

13. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como se segue:

	31/dez/15	31/dez/14
Diferimentos (Ativo)		
Valores a faturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	5 538	4 732
Assistência Técnica paga antecipadamente	-	-
Outros gastos a reconhecer	-	-
	<u>5 538</u>	<u>4 732</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer - rendas	-	-
Rendimentos a reconhecer - quotas	-	-
Rendimentos a reconhecer - Subsídios	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

14. Investimentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os movimentos ocorridos na valorização dos investimentos financeiros valorizados ao respetivo justo valor, apresentavam-se como segue:

	31/dez/15		31/dez/14	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
TVI	2 494	-	2 494	-
CCAM	100	-	100	-
OUTRAS EMPRESAS	5	-	5	-
FUNDO COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	329	-	80	-
FRSS - FUNDO RESTRUT. SECTOR SOLIDÁRIO	1 606	-	786	-
	<u>4 534</u>	<u>-</u>	<u>3 465</u>	<u>-</u>
Perdas por imparidade acumuladas	2 469	-	2 469	-
	<u>2 064</u>	<u>-</u>	<u>995</u>	<u>-</u>

15. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31/dez/15</u>	<u>31/dez/14</u>
Caixa	231	208
Depósitos à ordem	174 090	121 438
Depósitos a prazo	396 000	366 000
	<u>570 320</u>	<u>487 646</u>

16. Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015, o valor total dos fundos patrimoniais era de 2.150.486,47 Euros e em 31 de dezembro de 2014 apresentava um valor de 2.016.732,16 Euros. Mais esclarecimentos sobre os movimentos ocorridos, vide Demonstração das Alterações do Fundo Patrimonial.

17. Resultados transitados

Em reunião da Mesa Administrativa, realizada em 30 de março de 2016, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, tendo sido proposto que o resultado líquido positivo, no valor de **168.639,05 euros**, referente a esse exercício, fosse integralmente transferido para a rubrica "Resultados transitados".

18. Reservas

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os saldos desta rubrica apresentavam-se como se segue:

	<u>31/dez/15</u>	<u>31/dez/14</u>
Reservas Legais	-	-
Outras Reservas	5 544	5 544
	<u>5 544</u>	<u>5 544</u>

19. Outras variações nos Fundos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 os saldos desta rubrica apresentavam-se como se segue:

	31/dez/15	31/dez/14
Diferenças conversão demonstrações financeiras	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	613 349	643 657
Doações	192 468	192 468
Outras	-	-
	<u>805 818</u>	<u>836 126</u>

20. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31/dez/15		31/dez/14	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Remunerações a liquidar	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-
Credores por acréscimo de gastos	-	142 160	-	137 111
Outras contas a pagar	-	40 649	-	50 498
	<u>-</u>	<u>182 809</u>	<u>-</u>	<u>187 608</u>

21. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31/dez/15	31/dez/14
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	24 581	58 610
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores receção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
Fornecedores outros	-	-
	<u>24 581</u>	<u>58 610</u>

22. Financiamentos obtidos

	31/dez/15		31/dez/14	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo	177 885	-	197 115	-
Contas caucionadas	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
(...)	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
	<u>177 885</u>	<u>-</u>	<u>197 115</u>	<u>-</u>

23. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2015 e de 2014 foram como se segue:

	31/dez/15	31/dez/14
Vendas de mercadorias	27 614	411
Prestação de serviços	736 959	701 209
	<u>764 573</u>	<u>701 619</u>

24. Subsídios, doações e legados à exploração

No período de 2015 e 2014 a Instituição reconheceu rendimentos decorrentes das seguintes rubricas:

	31/dez/15	31/dez/14
Subsídios do Estado e outros entes públicos	641 459	651 302
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações e heranças	-	-
Legados	-	-
	<u>641 459</u>	<u>651 302</u>

25. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, é detalhado como segue:

	31/dez/15			31/dez/14		
	Matérias-primas e consumíveis	Mercadorias	Total	Matérias-primas e consumíveis	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	10 631	-	10 631	28 148	-	28 148
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Compras	160 226	-	160 226	138 377	-	138 377
Saldo final em 31 de dezembro	9 173	-	9 173	10 631	-	10 631
Custo das Vendas	<u>161 684</u>	-	<u>161 684</u>	<u>155 894</u>	-	<u>155 894</u>

26. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

	31/dez/15	31/dez/14
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	34 816	44 732
Materiais	11 946	14 059
Energia e fluídos	73 274	79 395
Deslocações, estadas e transportes	2 014	1 600
Serviços diversos (*)	57 641	74 111
donde comunicação	6 557	6 355
donde seguros	3 810	3 306
donde limpeza, higiene e conforto	46 572	61 420
outros serviços	702	3 030
	<u>179 691</u>	<u>213 897</u>

27. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

	<u>31/dez/15</u>	<u>31/dez/14</u>
Remunerações dos órgãos diretivos	-	-
Remunerações do pessoal	775 414	786 364
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	166 235	165 016
Seguros	7 601	7 979
Outros gastos com pessoal	2 072	1 799
	<u>951 322</u>	<u>961 158</u>

O número médio de funcionários da Instituição no exercício de 2015 foi de 96 e em 2014 de 90.

28. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram como se segue:

	<u>31/dez/15</u>	<u>31/dez/14</u>
Rendimentos suplementares	111 244	113 244
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rend. Ganhos Ativos Tangíveis - Alienações	-	-
Outros rendimentos e ganhos (i)	50 353	138 830
(i) Imputação subsídios para investimentos	30 308	33 687
(i) Correções relativas a exercícios anteriores	-	1 854
(i) Depósitos casa mortuária	-	-
(i) Donativos	-	-
(i) Outros	20 045	103 288
	<u>161 597</u>	<u>252 074</u>

29. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram como se segue:

	<u>31/dez/15</u>	<u>31/dez/14</u>
Impostos	219	826
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas Inv financeiros	-	-
Gastos e perdas Inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas (ii)	5 581	5 542
(ii) Correções Relativas a exercicios anteriores	4 398	3 304
(ii) Donativos	-	170
(ii) Quotizações	-	600
(ii) Outros Gastos	1 184	1 468
	<u>5 800</u>	<u>6 368</u>

30. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como se segue:

	<u>31/dez/15</u>			<u>31/dez/14</u>		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	99 296	-	99 296	100 140	-	100 140
Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-
	<u>99 296</u>	<u>-</u>	<u>99 296</u>	<u>100 140</u>	<u>-</u>	<u>100 140</u>

31. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2015 e de 2014, tinham a seguinte composição:

	31/dez/15	31/dez/14
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	9 606	5 892
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
	9 606	5 892
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4 830	4 790
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		
	4 830	4 790
Resultados financeiros	4 776	1 102

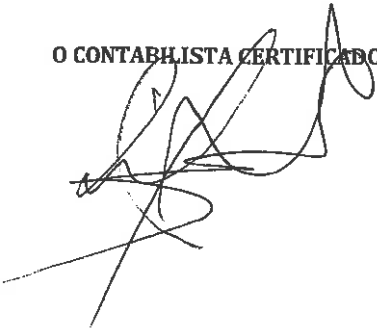
32. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas.

Mação, 30 Março de 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A MESA ADMINISTRATIVA

Handwritten signature of the Administrative Board
 Catarina do Oliveira Lopes Pêpio
 Foi aprovada em 22 de março de 2016
 em reunião realizada na sede
 da Santa Casa da Misericórdia de Mação
 e assinada por mim, Presidente da Mesa Administrativa.